

POLÍTICA

“Vácuo de poder” começa a preocupar

E o PMDB precisa tomar uma posição. O alerta ecoou no plenário da Câmara, repetido em discursos apreensivos, diante de Ulysses Guimarães.

“É preciso que o Congresso Nacional tome as rédeas da crise”, “há um vácuo de poder no País”, “é preciso que o PMDB tome posição”, “nossa soberania está atingida pelo descalabro administrativo e financeiro do País”. Essas foram algumas das frases ouvidas ontem, no plenário da Câmara, onde se repetiram discursos de apreensão com a crise por que passa o País. Em tom semelhante, o relator-geral do projeto da futura Constituição, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), alertou os constituintes para que se preocupem em elaborar um texto capaz de absorver “a essência do espírito nacional”, salientando que esse espírito é o de “um povo insubmisso aos sistemas políticos que constrengem e oprimem”.

O deputado disse isso ontem ao voltar à tribuna da Câmara pela primeira vez desde que teve seu mandato cassado, em 1968. Falou a propósito de mais um aniversário da Abolição, lembrando que a Comissão de Sistematização (a comissão que vai dar forma final ao projeto) precisa interpretar “as repercussões psicossociais de uma Nação, sejam quais forem os seus segmentos porque, se entendida em forma oposta, teremos uma Constituição comprometida apenas com os caprichos dos poderosos, a destilar ódios sobre o universo das forças oboeiras ou um código maior de índole cega, predisposto à perpetuação dos tiranos”.

Na Câmara, depois de citar vários aumentos de tarifas e de gêneros alimentícios registrados nos últimos dias, o líder do PDS, Amaral Netto (RJ), voltando-se para Ulysses Guimarães (que presidia a sessão), perguntou: “O que veio fazer a Nova República? Piorar o que havia? Mas a verdade é que essa não é a Nova República, a Nova República morreu no Instituto do Coração, a Nova República está na presidência da Câmara dos Deputados. Quem está na presidência da República é o velho PSD”.

PMDB: incapaz.

Gastone Righi (SP), líder do PTB, falou sobre as taxas do open e disse: “isso é insustentável. Mais que isso: é incompatível com uma Assembleia Nacional Constituinte soberana. Não podemos assistir, si-

lentes, à desgraça de todo o povo brasileiro”.

Voltando-se então para Ulysses, Gastone Righi fez um apelo candente: “Sr. presidente, volto a apelar, a exigir que as duas casas do Congresso se reúnam de imediato. É preciso pôr paradeiro a isso e só uma decisão que parta de V. Exa. poderia vir a regular a ordem econômica conturbada”.

O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), assinalou estar o Congresso Nacional “sem ouvidos e sem olhos para a crise”. Para ele, “os preços estão disparando, não por força de uma mão invisível, mas em função das forças do retrocesso, que estariam, com isso, procurando aumentar o descontentamento popular e desestabilizar o governo”.

Domingos Leonelli (PMDB-BA) responsabilizou principalmente Ulysses Guimarães por insistir em fazer do PMDB uma “frente paquidêmica”, incapaz de cumprir as tarefas de uma transição. “Ausência de partidos fortes” — disse — “talvez seja a principal causa da crise que estamos vivendo hoje, da incapacidade de decidir, de uma incapacidade congênita e estrutural”. Para ele, a questão da duração do mandato do presidente Sarney está sendo colocada “artificialmente” como centro da crise. O que o Brasil precisa, hoje, a seu ver, é de “uma coisa simples e que se chama decisão”.

José Costa (PMDB-AL) foi quem resolveu rebater as críticas feitas pelo líder do PDS ao governo, mas antes dirigiu leve censura ao seu colega Carlos Sant’Anna (BA), líder do governo. “Esperava que o líder respondesse às duras críticas do deputado Amaral Netto, como não o fez, faço-o eu, porque as vejo como hipocrisia do PDS”.

Amaral Netto, que estava com o alto-falante ligado em seu gabinete, voltou depressa ao plenário, e pediu a palavra: “O deputado José Costa, quando menciona torturas e tudo que houve no País, deve primeiro falar com o seu querido presidente José Sarney, que na época comungava com tudo que o governo fazia, era um escravo, um limpador de bota dos militares, um homem que se colocava de joelhos na frente de qualquer general, um homem que não tinha moral nem para exercer a presidência do meu partido”.



Cabral



Covas



Luiz Henrique



Chiarelli



Gen. Leônidas



Sobral

O presidente José Sarney definiu ontem o pacto social proposto pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, como “uma exigência do momento nacional”, segundo informou o porta-voz do Palácio do Planalto, Antonio Frota Neto. E a afirmação do ministro, de que o Brasil precisa de uma “união nacional” para enfrentar a crise econômica, também foi bem recebida no Planalto, pois, de acordo com o porta-voz, representam uma “perfeita sintonia” com o sentimento de Sarney.

Frota Neto insistiu em que o governo trabalha “com a visão voltada” para a execução de um pacto com todos os segmentos da sociedade, e acredita que a partir dessa realidade poderá desenvolver uma política econômica com o respaldo dos partidos. O recado foi dirigido ao PMDB, partido que indicou o atual ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e que, na visão do presidente da República, deve dar total apoio à sua política.

Para o porta-voz, como integrante do governo, o ministro do Exército tem também atribuição política e competência para clamar o País a um pacto. Porém, assessores do Exército disseram ontem que a almejada vontade nacional, no entender dos militares, deve necessariamente passar pela abstenção reivindicatória, considerada demasiada e impulsionada com objetivos políticos, de fundo ideológico. E, através deste raciocínio, os militares consideram inócua qualquer pregação em favor de um pacto social, uma vez que, na sua análise, nem CUT nem CGT querem avaliar qualquer negociação com o governo.

De qualquer forma, o Exército acha que a atual crise nacional é política, e não econômica, e que foi exatamente este o recado que o mi-

nistro Leônidas Pires Gonçalves pretendeu endereçar à Nação, em geral, e aos políticos, em particular, nas declarações que fez anteontem em Osório, Rio Grande do Sul, durante a solenidade em homenagem ao Dia da Cavalaria.

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, ao comentar as declarações do ministro do Exército, afirmou que “é claro que a idéia de pacto é muito boa, mas há dificuldades evidentes para se concretizar isso”. Ulysses ressaltou que não conhece especificamente a idéia do general Pires Gonçalves, salientando que ninguém pode opor-se a um pacto, “desde que seja viável, como foi na Espanha e em outros países. Mas as dificuldades são evidentes”.

Já o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, depois de considerar que seria muito bom se o pacto ocorresse, e lembrar que foi tentado várias vezes — “e, agora, há necessidade de ser reiterado, porque não dá para conviver com taxas altas de inflação e de juros”, disse —, destacou que não sentiu a proposta do ministro do Exército como advertência, e não vê o Estado e a Nação separados. afirmou que o hiato aconteceu durante o regime militar, e foi ultrapassado pela

eleição de Tancredo Neves e a posterior transição política.

Para o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, as declarações do ministro do Exército foram “uma manifestação equilibrada”. Adotando a mesma atitude observada nas demais lideranças do partido, na semana passada, de procurar minimizar comentários políticos dos ministros militares, Covas afirmou que atualmente no Brasil a palavra “golpe” está definitivamente riscada do vocabulário do País. Quanto à declaração do general Leônidas Pires de que os segmentos da sociedade apresentam reivindicações descabidas, o senador paulista observou apenas que, na atualidade, essas reivindicações estão “exacerbadas”.

O advogado Sobral Pinto, porém, pensa diferente. Para ele, que apóia “decidida e categoricamente” o apelo de união nacional feito pelo ministro do Exército, “a sucessão de greves só causam perturbação e ameaçam a estabilidade político-institucional do País. E a manifestação do ministro é a manifestação de um patriota, e mostra que ele está disposto a usar a palavra, e não a força, em defesa da legalidade e da democracia”.

Ao contrário do líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, que considerou as manifestações do general Pires Gonçalves “normais”, e que só estão chamadas a atenção porque foram feitas por um ministro militar, o líder do PDS, Amaral Netto, não demonstrou o menor entusiasmo pela manifestação do general. “O ministro do Exército tem que tomar muito cuidado para não invadir a área política, porque vai ter muito trabalho. Já que ele entra nesses comentários, tem de propor que o pacto comece pelo governo, demonstrando o que não tem, autoridade, e que o presidente da

República assumo seu lugar. Do contrário, o caos se generalizará, o que nos faz recear que as tropas do general Leônidas sejam forçadas a ir para as ruas na tentativa de evitar saques, depredações e incêndios, gerados pela fome, pelo desemprego e pela inflação descontrolada”, disse o deputado.

O também deputado pedetista Victor Faccioni (RS) foi mais sombrio. Segundo ele, “partindo de quem parte o pronunciamento, é de se supor a existência de indícios capazes de conduzir até ao rompimento da ordem institucional, se não forem tomadas medidas cabíveis por parte do governo e dos partidos que lhe dão sustentação”. Já o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, disse que as declarações do general foram “um aviso muito providencial, e dirigido aos falsos democratas de discurso fácil e vazio”.

A Carta, sem pressão.

Ao falar no “Seminário Internacional sobre Constitucionalismo e Democracia: Instituições Políticas para o século XXI”, aberto ontem, no Itamaraty, o senador Afonso Arinos de Mello Franco afirmou que os Constituintes brasileiros estão tentando fazer um outro tipo de Constituição com a ausência da pressão militar. “Estamos empenhados em realizar um trabalho de representação participativa e pretendemos com isso inovar os regimes de governo de toda a América Latina”, acrescentou. E o senador Fernando Henrique Cardoso também participou do seminário e fez um desabafo sobre a ausência dos militares: “Graças a Deus estamos órfãos dos militares”.

PMDB: reunião conjunta. Ou convenção?

A Comissão Executiva Nacional do PMDB poderá optar, em seu encontro de hoje, a partir das 10 horas, pela realização de uma reunião conjunta das bancadas do partido na Constituinte (Câmara e Senado, com mais de 300 parlamentares), como forma de substituir, de imediato, a convocação da convenção nacional, proposta pelo senador José Fogaça (RS), para discussão do mandato presidencial. Essa proposta (que visa evitar duas etapas capazes de retardar o posicionamento partidário — audiência do diretório nacional para posterior convocação da convenção) deverá ser apresentada pelos líderes Fernando Henrique Cardoso, do Senado, e Luiz Henrique, da Câmara.

Se aprovada a reunião, das bancadas, tem-se como certo que a convocação extraordinária da convenção nacional poderá ser sustada (ou adiada para final de junho ou início de julho). Na bancada do partido na Câmara, porém, há um movimento para a convocação da convenção nos primeiros dias do próximo mês — o que dificilmente ocorreria.

Na reunião de hoje, a Comissão Executiva poderá discutir, também, se convoca ou não a convenção, até o próximo dia 15, para examinar a proposta do deputado Miro Teixeira, que quer eleição direta para a Presidência da República em 88. O presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, antecipou, ontem, em reunião com os líderes peemedebistas, que é favorável à convocação da convenção. Mas tudo vai depender das negociações em torno da reunião conjunta das bancadas na Constituinte.

Decisão arbitrária

O deputado Mendes Ribeiro (RS) critica, ontem, da tribuna da Constituinte, a convocação da reunião conjunta para discutir

o mandato de Sarney. Mendes Ribeiro afirmou que é mais uma decisão solitária do deputado Ulysses Guimarães, sem consulta ao partido. E, hoje, o deputado Expedido Machado (CE) deverá ler, também da tribuna da Constituinte, um documento assinado por cerca de 100 parlamentares peemedebistas contra a centralização das decisões pelo deputado Ulysses Guimarães e seu pequeno grupo de conselheiros. Entretanto, segundo informação do líder do governo na Câmara, Carlos Sant’Anna, o manifesto poderá ou não ser divulgado hoje, e não fará referência ao nome de Ulysses. Sant’Anna também informou que o deputado Luiz Henrique está trabalhando contra a divulgação, pois, se ela for efetivada, cavará novas feridas no partido.

Em Belo Horizonte, o deputado Israel Pinheiro (MG) admitiu que a divisão já existe, pelo menos em relação ao governo Sarney, e o racha foi gerado pela “indecisão que tomou conta do presidente da República”. Ele explicou que no PMDB há os “pragmáticos ou fisiológicos” e os “ideológicos”. As duas facções querem dar sustentação a Sarney, “só que o presidente não sabe por qual lado deve optar, embora saiba que o lado ideológico, representado pelo líder Mário Covas, tem muito mais substância política”, afirmou Pinheiro.

Para o deputado mineiro, Ulysses Guimarães não convocou “nem vai convocar” uma convenção nacio-

nal “exatamente para que o racha não fique configurado”. Na interpretação do deputado, Ulysses deverá também desconsiderar o documento de repúdio à direção partidária preparado pelos deputados contestando sua liderança pessoal.

Parlamentarismo já?

Israel Pinheiro acredita que essa crise, se for agravada, poderá desaguar no “parlamentarismo-já”, tese descartada ontem pelo líder Mário Covas: “Além disso, seria um paradoxo a adoção do parlamentarismo num momento em que o Congresso não está funcionando”, frisou Covas.

Em reunião com a cúpula do PMDB, ontem pela manhã, o relator da Subcomissão de Poder Executivo, senador José Fogaça, adiantou o parecer, que mais tarde exibiria à Constituinte, em favor do presidencialismo misto e do mandato de quatro anos para Sarney e seus sucessores. Segundo o líder Luiz Henrique, a proposta “foi razoavelmente bem aceita”, e ficou clara a tendência do partido pelos quatro anos de mandato. Para o deputado Ulysses Guimarães, o sistema de governo a ser adotado pela Constituinte deve ser um “meio caminho” entre o presidencialismo e o parlamentarismo. E esse “meio caminho” também deverá ser debatido na reunião de hoje da Executiva do partido, que discutirá, ainda, a posição do PMDB diante do projeto de construção da ferrovia Norte-Sul.

PACTO
Todos querem
a união nacional.
Mas como
executá-la?